POLIAMOR: UM NOVO MODELO DE CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

Camila Cunha Gonçalves

Graduanda em Direito

Dr. Luiz Fernando Pimenta Gil

Mestre em Direito

Curso: Direito

RESUMO

Tendo em vista que o presente trabalho tem como escopo principal abordar a evolução e constituição de novas formas de família e sua possível inserção no ordenamento jurídico brasileiro, dentre elas, o surgimento das famílias poliafetivas decorrentes do poliamor, a qual admite a coexistência de mais de dois parceiros em uma relação afetiva com conhecimento e consentimento de todos os envolvidos, optou-se por analisar o pluralismo das entidades familiares na Constituição e a possibilidade ou não do reconhecimento das relações poliafetivas no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, foi necessário a realização de pesquisa bibliográfica, bem como análise de julgados pertinentes ao tema. Os resultados obtidos apontaram que ainda existe bastante limitação em relação ao reconhecimento das famílias poliafetivas, pois apresenta aspectos controvertidos morais e sociais, que impedem a sua caracterização como entidade familiar. Portanto, busca-se demonstrar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe em seu arcabouço diversos princípios, tais como o da dignidade humana, isonomia, pluralidade familiar e intervenção mínima do Estado na família que concedem liberdade às pessoas para que busquem sua felicidade da forma que melhor lhe atendam.

Palavras-chave: Poliamor. Família simultânea. União Estável. Homoafetividade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco principal analisar se é possível o reconhecimento das famílias poliafetivas em nosso ordenamento jurídico. Segundo Maria Berenice Dias, é necessário ter uma visão pluralista de família que abrigue os mais diversos arranjos familiares, devendo buscar o elemento que permite enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de afetividade, independentemente de sua conformação.

Dessa forma, discorrer acerca da existência e do reconhecimento das relações familiares poliafetivas justifica-se pois há grande divergência acerca da possibilidade ou não da tutela destas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Ainda, com base nos novos parâmetros trazidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Rafael da Silva Santiago ensina que a família passa a incorporar um significado social, ratificado pela preocupação do constituinte em lhe garantir proteção, sob todas suas formas de manifestação. Com isso, os arranjos familiares sofreram relevante extensão de seu conceito, passando a ser entendidos como instrumento de realização da personalidade e da dignidade de seus componentes.

Assim, é possível notar que apesar da crescente discussão acerca da real existência das relações familiares poliafetivas em nossa sociedade, seus efeitos e implicações na esfera jurídica ainda carecem de debates, esclarecimentos e definições, pois os adeptos que compõem essas relações ainda vivem na insegurança e sem qualquer garantia da aplicabilidade de seus direitos sucessórios, previdenciários, dentre outros. Portanto, o presente artigo estabeleceu como problema de pesquisa: como o ordenamento jurídico brasileiro tem reconhecido as relações poliafetivas diante do pluralismo das entidades familiares previstas na Constituição Federal?

Portanto, o intuito deste artigo será analisar o pluralismo das entidades familiares previstas na Constituição e a possibilidade ou não do reconhecimento das relações poliafetivas no ordenamento jurídico brasileiro, sendo este o objetivo geral. Optou-se, para alcançá-lo: a) pesquisar as relações poliafetivas através da Constituição e legislação infraconstitucional, bem como da doutrina e artigos científicos; b) demonstrar através de pesquisa em casos práticos, qual tem sido o entendimento da justiça de primeira instância e tribunais acerca das relações poliafetivas; c) pesquisar como tem se portado os cartórios extrajudiciais acerca do reconhecimento das entidades familiares poliafetivas.

Dessa forma, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de livros, artigos acadêmicos, monografias e autores significativos para o trabalho, como Rodrigo da

Cunha Pereira, Maria Berenice Dias, Tepedino, entre outros. Para a busca desse material, foram utilizadas as plataformas do google acadêmico. Em relação à análise dos dados, foi realizada mediante leitura de materiais que norteiam o tema, bem como casos práticos discutidos pelos Tribunais de Justiça dos Estados e Superior Tribunal de Justiça.

1 CONTEXTUALIZANDO E CONCEITUANDO FAMÍLIA

Antes de adentrar no tema do presente trabalho, mister se faz tecer breves considerações acerca da evolução histórica do instituto da “Família”, considerada para muitos doutrinadores como um dos esteios da sociedade. A finalidade do estudo da evolução histórica é dar entendimento e sustentação aos conceitos e premissas que serão utilizados para analisar o cabimento ou não das denominadas relações poliafetivas em nosso atual ordenamento jurídico.

Este estudo “(...) partirá de breves considerações acerca da família patriarcal, pois, sendo esse o modelo traçado no Código Civil de 1916, será possível identificar as rupturas e descontinuidade até o surgimento da família nuclear” (FERRARINI, 2010, p. 55-56), assim como fez Ferrarini em seu brilhante estudo. Nas palavras do autor, “importa que se compreenda a família como entidade ancestral, interligada com os rumos e desvios da história, mutável na exata medida em que mudam as suas estruturas e a sua arquitetura através dos tempos” (FERRARINI, 2010, p. 55).

A sociedade se construiu com a base familiar monogâmica, patriarcal, que era regida pela figura masculina (PERROT, 1993), sendo considerada família aquela que era matrimonializada, ou seja, a família formada pelo casamento (FERRARINI, 2010). Nessa família a figura do pai:

(...) era a honra, dando-lhes seu nome, o chefe e o gerente. Encarnava e representava o grupo familiar, cujos interesses sempre prevaleciam sobre as aspirações dos membros que a compunham. Mulher e filho eram rigorosamente subordinados. A esposa estava destinada ao lar, aos muros de sua casa, à fidelidade absoluta. Os filhos deviam submeter suas escolhas, profissionais, e amorosas, às necessidades familiares. As uniões privilegiavam a aliança em vez do amor, a paixão sendo considerada fugaz e destruidora. Para as moças, vigiadas de perto, não havia outro caminho senão o casamento e a vida caseira. Os próprios meios operários só reconheceram às mulheres o direito ao trabalho em função do sustento dos filhos e das necessidades da economia familiar (PERROT, 1993, p.77-78).

Conforme Ferrarini (2010, p. 56),

O padrão familiar tradicional era fundado no matrimônio, sendo o vínculo do casamento a única forma legítima de constituição da família. O caráter instrumental que lhe era conferido estava condicionado a interesses extrínsecos, sobretudo do Estado. A família não estava voltada à realização de cada indivíduo dentro do próprio

grupo, mas, ao contrário, cada membro era visto como promotor dos interesses dessa instituição. O bom funcionamento da família, a sua prosperidade, era de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado.

Nesse norte, a formação do vínculo familiar interessava diretamente ao Estado, havia constante dirigismo estatal, ou seja, o Estado dirigia a família por seus próprios interesses. Muito embora, o Código Civil de 1916 tenha sido o pioneiro ao tratar da temática da família e do casamento civil de forma mais ampla, ainda encontrava resquícios da Idade Média, por exemplo, o dogma encapado pela doutrina Romana da submissão da mulher ao homem e a ideia de que a família era baseada na autoridade de um chefe (DRESCH, 2018). A palavra família teria sido inventada pelos romanos para denominar um “novo organismo social cujo chefe tinha sob suas ordens a mulher, os filhos e certo número de escravos, submetidos ao poder paterno romano, com direito de vida e morte sobre todos eles” (LÔBO, 2011, p. 23).

A família até o fim do século XX possuía apenas duas funções principais: legitimar a transmissão do patrimônio e a procriação. Funções essas que refletiam características da própria sociedade da época: hierarquizada, patrimonialista, individualista e com pouca preocupação com o bem estar social (SOUSA; WAQUIM, 2015). Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), foram inseridos outros conceitos de família, bem como o reconhecimento da união estável entre homem e mulher, passando também a reconhecer a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, aumentando o conceito de entidade familiar que teve grande marco e avanço perante a sociedade (BRASIL, 1988). Segundo Gonçalves (2010) a Carta Magna de 1988 inovou completamente em relação aos séculos passados, passando a prever igualdade entre o homem e a mulher, consagrando proteção para todos os membros da família e descaracterizando a figura do pai no comando da entidade familiar.

De acordo com Engels (2021, p. 36-37), em sua clássica obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, a família “é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado (...)”. Do mesmo modo, o doutrinador Pereira (2001) aponta que a família não deve necessariamente coincidir com uma definição estritamente jurídica.

Logo, a partir deste novo conceito de entidade familiar, na ordem jurídica, família não mais é o casamento de homens e mulheres, seguindo a ideia de afetividade e propósitos comuns no qual está repleto nas uniões estáveis. Dessa forma, a família não está ligada ao sexo, procriação, mas sim ao afeto (PEREIRA, 2008). Dessa forma, para Gonçalves (2017), a família

é a derivação dos laços consanguíneos e de afeto, com ou sem coabitação, tendo a possibilidade de ambos existirem ou apenas um desses fatores para a sua constituição. Assim, percebe-se com base os novos modelos de família que vêm surgindo, que o instituto da família não visa mais somente a procriação, e sim o afeto, a solidariedade, felicidade, igualdade e liberdade (CALDERAN; DILL, 2011).

Nesse sentido, é possível apontar que não há como construir uma definição única de família capaz de precisar as variadas dimensões das relações que vinculam as pessoas integrantes desse agrupamento que reúne laços sanguíneos e socioafetivos. Além disso, verifica-se que cada vez mais a família como entidade universal, presente em todos os tipos de sociedades, assenta-se não apenas sobre vínculos de descendência, parentesco e conjugalidade, mas cada vez mais sobre laços de afetividade, de solidariedade e responsabilidade intergeracional.

1.1 Novas constituições familiares: união poliafetiva

Veja-se que o conceito de família vem se inovando com o passar dos tempos, não sendo considerada como única forma de família aquela apenas formada por pai, mãe e filho, a qual se denomina família nuclear, surgindo novas formas amparadas no afeto e na verdade, buscando nada além do que a realização pessoal e a felicidade dos componentes. Dessa forma, além da família tradicional, aquela formada através do casamento, foi reconhecida outras formas de família, como a união estável e a monoparentalidade, sendo que a Constituição Federal de 1988 estendeu sua proteção a outras formas de família, restabelecendo valores supremos de uma sociedade plural e mais justa (BRASIL, 1988).

A família formada pela união estável consiste na ligação entre homem e mulher, mas que apresente o *animus* de se manter uma comunhão de vida estável, durável e pública, com aparência de casamento, contudo, sem haver celebração de casamento, mas que atribui aos companheiros o dever de lealdade. Além disso, não é necessária haver coabitação para configurá-la (CORNU, 2001). Conforme Lobo (2008, p.148), a união estável é uma “(...) entidade familiar constituída por um homem e uma mulher que convivem em posse do estado de casado, que se converteu em relação jurídica em virtude da Constituição, que lhe atribuiu dignidade de entidade familiar própria, com seus direitos e deveres”.

A Constituição Federal também trouxe em seu bojo o reconhecimento como entidade familiar a família monoparental, que é formada por um dos seus genitores e seus descendentes, desvinculando aquela ideia de um casal e seus filhos. Essas famílias se formam em decorrência

de uma viuvez, divórcio, separação judicial, adoção unilateral, não reconhecimento da prole pelo outro genitor, inseminação artificial ou produção independente (BRASIL, 1988). Santos e Santos (2009, p.31) apontam as mudanças ocorridas no conceito de família após a Constituição Federal de 1988:

O conceito de família, antes restrito àquela constituída pelo casamento, foi ampliado para abranger a família monoparental. Esta espécie de família rompeu com a ideia preconcebida de que o núcleo familiar deve ser oriundo do casamento e compreender o pai, a mãe e os filhos. O fato é que esta entidade familiar pode se originar de diversos fatores e compreende, apenas, um dos genitores e seus descendentes. A sociedade passa a se confrontar com a presença de famílias biparentais e monoparentais, lado a lado, no cotidiano.

Além das formas de família inseridas na nossa Constituição Federal de 1988, importante destacar o reconhecimento da família formada por indivíduos do mesmo sexo. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento conjunto da ADPF 132/RJ e da ADI 4.277/DF em maio de 2011, reconheceu as uniões homoafetivas como família, afirmando que estas devam ser igualmente tratadas como as famílias formadas por uma união heteroafetiva (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2011b). Desse modo, a união homoafetiva passou a ser possuidora de todos os direitos e deveres equiparados à união estável entre homem e mulher, consagrada no art. 226, § 3º da Constituição Federal e no art. 1.723 do Código Civil. Portanto, cumpre destacar que tal reconhecimento foi um marco importantíssimo, no qual evidenciou ainda mais esse conceito plural de família trazido pela Constituição Federal de 1988.

Conforme Dias (2007) o rol familiar descrito na Constituição da República de 1988 não é taxativo, sendo possível inferir do texto magno, a proteção às famílias informais, homoafetivas, anaparentais, pluriparentais, paralelas e poliamorista, desde que, nelas, haja a presença do traço característico da afetividade e da comunhão de vidas. Nesse mesmo sentido, Lobo (2002 p. 95) afirma que “o caput do art. 226 é, conseqüentemente, cláusula geral de inclusão da família, não sendo admissível excluir qualquer entidade que preencha os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade”.

Nesse diapasão, será que as famílias poliafetivas também não merecem proteção do Estado?

O poliamorismo abre uma nova dimensão para o entendimento e a prática de relacionamentos íntimos sociais, sexuais e/ou amorosos que tem o condão de projetar efeitos para a esfera do Direito. Nesse ínterim, faz-se necessário entender a exata concepção desse fenômeno social para demonstrar e delimitar a possibilidade de constituição de uma entidade familiar que dele decorra (SANTIAGO, 2015).

Nas palavras de Viegas e Poli (2015, p. 55)

O Poliamor pode, em princípio, contrariar o amor romântico e tradicional pautado pela configuração socialmente aceita para as relações de afeto, sobretudo, pelo fato de admitir que uma pessoa possa amar e ser amada por várias ao mesmo tempo, com o conhecimento e consentimento dos envolvidos.

Os membros da entidade poliafetiva são conscientes de cada um dos seus integrantes com quem se relacionam, amam-se mutuamente e coexistem em razão de suas vontades, o que por si só, caracterizam essas entidades poliamorosas, pelo fato de manterem o respeito e a fidelidade entre si, buscando nada mais do que a realização pessoal e o que se entende por felicidade, em si é o que as diferenciam de outras formas de relacionamento.

Adentrando, no campo da substancial e tão almejada “dignidade humana”, Pereira (2012, p. 120-121) aponta que

A dignidade humana significa a legitimação e a inclusão na sociedade de todas as formas de família, bem como o respeito a todos os vínculos afetivos e a todas as diferenças. Esse princípio, assim, representa para o Direito das Famílias a consideração e o respeito à autonomia e liberdade dos indivíduos.

Nessa perspectiva, Dias (2010, p. 63) leciona que

O direito das famílias está umbilicalmente ligado aos direitos humanos, que têm por base o princípio da dignidade da pessoa humana, versão axiológica da natureza humana. O princípio da dignidade humana significa, em última análise, igual dignidade para todas as entidades familiares. Assim, é indigno dar tratamento diferenciado às várias formas de filiação ou aos vários tipos de constituição de família, com o que se consegue visualizar a dimensão do espectro desse princípio, que tem contornos cada vez mais amplos.

Os doutrinadores Gagliano e Pamplona Filho (2012, p. 76), corroboram com o assunto ao explicar que “(...) a noção jurídica da dignidade reflete um valor fundamental de respeito à existência humana, de acordo com suas possibilidades e expectativas, patrimoniais e afetivas, indispensáveis à sua realização pessoal e à busca da felicidade”. Nesse sentido “Merecerá tutela jurídica e especial proteção do Estado a entidade familiar que efetivamente promova a dignidade e a realização da personalidade de seus componentes” (TEPEDINO, 2004, p. 26).

O Poliamor encontra resistência pelo fato de o núcleo central ser formado por mais de duas pessoas, com ou sem diversidade de gênero.

No que tange à liberdade nas relações familiares, o Estado não pode estabelecer distinção entre os vários tipos de constituição de famílias, a cada pessoa lhe foi conferida a liberdade necessária para formar o arranjo familiar que melhor a satisfaça, voltado à promoção da dignidade e da personalidade de seus integrantes (SANTIAGO, 2015, p. 166). Assim, um Estado Democrático de Direito não deve apenas garantir ao indivíduo seu direito de escolha entre as diversas alternativas possíveis, ele deve ir além, propiciando condições objetivas para

que essas escolhas possam se concretizar (BARROSO, 2011, p.124). Contudo, não reconhecer a autonomia daqueles que identificam o poliamor como elemento que satisfaz seus anseios íntimos significa excluí-los da busca pela felicidade e da plena realização existencial, o que configura uma violação grave da sua liberdade (SANTIAGO, 2015, p. 168).

A sociedade evolui e o Direito deve acompanhar essa evolução, não restando dúvidas que grandes foram as inovações, abrindo a possibilidade para inclusão para as mais diversas formas de família. Afinal, se a família é toda aquela que está fundada no afeto, na liberdade e na dignidade de seus membros, para que possam assim, cada qual com sua individualidade, atingir a felicidade, porque não reconhecer também a união poliafetiva como entidade familiar (VASCONCELOS, 2014, p. 59).

2 ASPECTOS JURÍDICOS

2.1 Distinção entre poliafetividade e relações paralelas ou simultâneas

Antes de aprofundar-se no tema, é importante ressaltar que a união poliafetiva não se confunde com as relações paralelas ou simultâneas, havendo grande distinção entre elas. A união poliafetiva, de acordo com Carvalho (2018, p. 61) “se constitui pelo vínculo amoroso de mais de duas pessoas, com plena concordância dos envolvidos, vivendo juntos, sob o mesmo teto ou não, de forma afetiva e recíproca”. Por outro lado, nas uniões paralelas nem sempre há a boa-fé dos envolvidos que, muitas vezes, constituem nova relação sem o conhecimento do cônjuge com o qual constituíram sua primeira união.

Conforme leciona Dias (2017, p. 153):

A distinção entre família simultânea e poliafetiva é de natureza espacial. Na maioria das vezes, nos relacionamentos paralelos, o homem mantém duas ou mais entidades familiares, com todas as características legais. Cada uma vivendo em uma residência. Já a união poliafetiva, é quando forma-se uma única entidade familiar. Todos moram sob o mesmo teto. Tem-se um verdadeiro casamento, com uma única diferença: o número de integrantes.

Deste modo, é possível observar que a Constituição brasileira, portanto, modificou fortemente a percepção do Direito de Família, uma vez que não determinou um conceito taxativo da família e reconheceu a juridicidade de arranjos familiares que não são oriundos do casamento, mas que merecem de igual modo proteção jurídica (DIAS, 2013). Na mesma perspectiva o doutrinador Pereira, (2012, p.195) aponta que:

É a partir do reconhecimento dessa vasta possibilidade de configurações familiares que se extrai a essência do princípio da pluralidade das formas de família que, no contexto da legislação brasileira, já é observado em seu preâmbulo, quando institui o

Estado Democrático de Direito que deverá assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, bem como a liberdade, o bem estar, a igualdade e a justiça como valores supremos das relações sociais.

Pereira completa esse entendimento afirmando que a aceitação da família plural vai além das formas familiares previstas constitucionalmente, justificando que o rol de arranjos familiares presentes na constituição é meramente exemplificativo e não taxativo, e se justifica em razão das já mencionadas garantias da liberdade e da igualdade, sustentadas pelo princípio da dignidade da pessoa humana (PEREIRA, 2012). Santiago (2018, p. 55), em seu artigo, corrobora com o exposto quando afirma que:

No momento em que a família deixa de ser compreendida como um mero núcleo econômico e reprodutivo e avança para um entendimento socioafetivo de exteriorização de uma unidade de afeto e ajuda mútua, passam a surgir novas organizações familiares que justificam a pluralidade familiar como um instrumento que deve ser encarado pelo Estado para o efetivo reconhecimento da necessária proteção a todas as formas de arranjos familiares.

Inobstante a pluralidade de possibilidades de reconhecimento de arranjos familiares, cabe destacar que a união poliafetiva tem como premissa o conhecimento, aceitação e vontade de todas as partes envolvidas, não sendo crível sua constituição de forma a atender ao interesse de apenas um ou alguns de seus integrantes, o que não ocorre nas relações paralelas ou simultâneas, pois estas normalmente advém da vontade individual de apenas um dos integrantes e por vezes o desconhecimento dos demais, ou até uma “aceitação forçada” em razão de diversos fatores que podem influenciar na manifestação de vontade.

2.2 Lavratura da primeira escritura pública de reconhecimento de união poliafetiva e seus desdobramentos

Acerca do reconhecimento das relações poliafetivas é importante destacar que no ano de 2012 na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, houve a lavratura da primeira escritura pública que disciplinava a união entre um homem e duas mulheres, sendo denominada pela tabeliã como união poliafetiva. A escritura teve por objetivo tornar pública a relação entre os três indivíduos, estipulando direitos e deveres dos conviventes, e o regime patrimonial, tendo sido adotado a comunhão parcial de bens. Porém, a primeira escrita pública declaratória de união poliafetiva lavrada no Brasil repercutiu negativamente, foi considerada inexistente, indecente, nula e rotulada como afronta à moral e aos bons costumes (DIAS, 2020, p. 641).

No ano de 2016 a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão vinculado ao Conselho Nacional de Justiça, emanou recomendação provisória para que não fossem lavradas escrituras

públicas de reconhecimento das uniões poliafetivas (CAMELO, 2019). A decisão exarada se coaduna com a aversão à família não monogâmica apresentada pelos religiosos e pelos conservadores. Ocorre que “moral e religião não podem atrapalhar a promoção da dignidade dos indivíduos que escolheram viver no âmbito de uma conjugalidade múltipla” (VIEGAS, 2017, p. 191).

Acerca da possibilidade de lavratura de escrituras públicas de uniões poliafetivas Pamplona Filho e Viegas (2019, p. 64) apontam que:

Reconhecida a natureza de família à união poliafetiva - composta por múltiplos parceiros, fundada na convivência pública, contínua, duradoura e com animus de constituir família - a sua formalização, por meio de escritura pública, é mera consequência que gera segurança jurídica para as partes [...].

Ademais, não é qualquer relação poliamorosa que pode almejar status de família, apenas as relações poliafetivas podem, isso porque, um núcleo familiar só se forma quando existe afetividade, elemento essencial de caracterização familiar (CAMELO, 2019, p. 138).

Nesse sentido, quanto ao caso específico da união trisal registrada em Tupã, Maria Berenice Dias (2017), brilhantemente, defendeu a validade da escritura pública registrada pela família poliafetiva. Aduz que desde que o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) evidenciou ser o afeto o elemento identificador da entidade familiar, passou-se a reconhecer que o conceito de família não pode ser engessado no modelo sacralizado do matrimônio. Mas que apesar dos avanços, resistências ainda existem.

Complementa ainda a civilista que há que se reconhecer como transparente e honesta a instrumentalização oficializada, que traz a livre manifestação de vontade de todos, quanto aos efeitos da relação mantida a três. Defende que lealdade não lhes faltou ao formalizarem o desejo de ver partilhado, de forma igualitária, direitos e deveres mútuos, aos moldes da união estável, a evidenciar a postura ética dos firmatários (DIAS, 2017).

Dessa forma, a família deve ser entendida de forma ampla, independentemente do modelo adotado, sendo necessária a proteção estatal em quaisquer de suas formas (FARIAS, ROSENVALD, 2013, p. 88), inclusive em relação às relações familiares poliafetivas, uma vez que são entidades familiares com identidade que propaga valores familiares compatíveis com a dignidade de seus integrantes. No entanto, o Estado nega juridicidade às entidades familiares constituídas sem observância do modelo eleito como correto, de maneira que são condenadas à invisibilidade. Todavia, muito embora os transgressores são punidos mediante a exclusão do sistema jurídico, as situações concretas não desaparecem, gerando, apenas, a exclusão de direitos (DIAS, 2013, p. 83).

Diferentemente do que muito se deduz, o poliamor não está vinculado à promiscuidade ou casualidade, mas sim aos valores de amor e confiança, tal como na monogamia e, se estão presentes esses fatores, juntamente com a vontade de fazer existir a relação familiar, não há razão capaz de não se fazer reconhecer as famílias poliafetivas como legitimadas de proteção estatal (SANTIAGO, 2018).

Alexandre (2014) frisa que quando o Superior Tribunal de Justiça se pronunciou diante do julgamento que tratava do reconhecimento das relações homoafetivas através do Recurso Especial nº 1.183.378/RS, destacou-se que os arranjos familiares são múltiplos, não podendo ser negada proteção estatal a qualquer família, tendo por observância que todas possuem os mesmos núcleos axiológicos da dignidade das pessoas de seus membros e afeto. Além do mais, admitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ficou claro que o conceito de casamento sofreu alteração, tratando-se agora de uma união entre pessoas e não mais apenas entre homem e mulher.

De acordo com Leitão (2012), os fundamentos que ensejaram o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidade familiar são os mesmos necessários para que a união poliafetiva seja entendida como arranjo familiar.

Certo é que a dignidade humana e a busca pela felicidade fundamentam o afeto e, quando o Supremo Tribunal Federal aceitou a união homoafetiva, quebrou correntes e iniciou um processo que não pode ser interrompido (ALEXANDRE, 2014), até porque as relações poliamorosas nada diferem das monogâmicas, senão pela quantidade de seus integrantes.

Nas palavras do Procurador da Fazenda Nacional em São Paulo, Mestre e Doutorando em Direito Constitucional, Antônio Pires (2013), se duas pessoas do mesmo sexo podem constituir família, qual seria o impedimento para que três pessoas também não pudessem? Indecência? Para ele a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 226, §§ 3º e 5º, faz menção da expressão “homem e mulher” e não “um homem” e “uma mulher” e, ainda, a expressão “qualquer dos pais”. Aduz ainda que: “a família múltipla, ou família plural, portanto, constitui-se por laços de afetividade, e não merece nem mais nem menos discriminação do que os homossexuais ou heterossexuais”.

2.3 O atual posicionamento dos Tribunais Superiores

Segundo Azevedo e Azevedo (2018), a maioria da jurisprudência dos Tribunais Superiores, quando os julgadores se deparam com dualidades de relacionamentos, como no

caso de cônjuge manter duas relações simultâneas, posicionam-se no sentido de não conceder direitos sucessórios para a segunda família, tida como adúlterina¹.

Não obstante, no âmbito jurisprudencial existe uma lacuna quanto ao tema aqui tratado visto que as decisões existentes até então nos tribunais brasileiros se referem às uniões concomitantes, ou seja, uniões paralelas, aquelas configuradas pela existência de duas ou mais uniões simultâneas, o que não se assemelha ao caso de uniões poliafetivas, que frisa-se, segundo Carvalho (2018, p. 61) “se constitui pelo vínculo amoroso de mais de duas pessoas, com plena concordância dos envolvidos, vivendo juntos, sob o mesmo teto ou não, de forma afetiva e recíproca”.

¹ RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 529. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE COMPANHEIRA E COMPANHEIRO, DE UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES. IMPOSSIBILIDADE. 1. A questão constitucional em jogo neste precedente com repercussão geral reconhecida é a possibilidade de reconhecimento, pelo Estado, da coexistência de duas uniões estáveis paralelas, e o consequente rateio da pensão por morte entre os companheiros sobreviventes - independentemente de serem relações hétero ou homoafetivas. 2. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL tem precedentes no sentido da impossibilidade de reconhecimento de união estável, em que um dos conviventes estivesse paralelamente envolvido em casamento ainda válido, sendo tal relação enquadrada no art. 1.727 do Código Civil, que se reporta à figura da relação concubinária (as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato). 3. É vedado o reconhecimento de uma segunda união estável, independentemente de ser hétero ou homoafetiva, quando demonstrada a existência de uma primeira união estável, juridicamente reconhecida. Em que pesem os avanços na dinâmica e na forma do tratamento dispensado aos mais matizados núcleos familiares, movidos pelo afeto, pela compreensão das diferenças, respeito mútuo, busca da felicidade e liberdade individual de cada qual dos membros, entre outros predicados, que regem inclusive os que vivem sob a égide do casamento e da união estável, subsistem em nosso ordenamento jurídico constitucional os ideais monogâmicos, para o reconhecimento do casamento e da união estável, sendo, inclusive, previsto como deveres aos cônjuges, com substrato no regime monogâmico, a exigência de fidelidade recíproca durante o pacto nupcial (art. 1.566, I, do Código Civil). 4. A existência de uma declaração judicial de existência de união estável é, por si só, óbice ao reconhecimento de uma outra união paralelamente estabelecida por um dos companheiros durante o mesmo período, uma vez que o artigo 226, § 3º, da Constituição se esteia no princípio de exclusividade ou de monogamia, como requisito para o reconhecimento jurídico desse tipo de relação afetiva inserida no mosaico familiar atual, independentemente de se tratar de relacionamentos hétero ou homoafetivos. 5. Tese para fins de repercussão geral: “A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro”. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF – RE nº 1.045.273-SE, Relator: Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 21/12/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 09/04/2021)

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 568/STJ. 1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração. 2. A jurisprudência do STJ é no sentido de ser impossível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas, pois a caracterização da união estável pressupõe a inexistência de relacionamento de fato duradouro, concorrentemente àquele ao qual se pretende proteção jurídica. 3. Recurso especial conhecido e desprovido (STJ - RESP nº 1.641.163-RJ, Relatora: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/06/2021, Decisão Monocrática, Data de Publicação: 11/06/2021).

Nesse contexto defende Vecchiatti (2012) que a despeito de jurisprudência contrária do STJ e do STF à possibilidade jurídica de reconhecimento de uniões estáveis poliafetivas que não são paralelas e a família conjugal poliafetiva que não gere opressão a nenhum de seus integrantes deve ser reconhecida e protegida pelo Estado Brasileiro, por força do princípio de entidades familiares oriundo da interpretação do caput do art. 226 e da ausência de motivação lógico-racional que justifique a negativa de reconhecimento à mesma (isonomia). Nesse sentido, é possível concluir que os Tribunais ao decidir sobre a inviabilidade de manutenção de uniões estáveis paralelas (que consistem em mais de um núcleo familiar) e que apesar de os referidos julgamentos serem contra essas uniões, as mesmas não se confundem com as uniões poliafetivas, uma vez que essas são compostas por um único núcleo familiar.

Há de se considerar que os deveres de fidelidade, respeito, amor, afeto, carinho, amizade e sexo são próprios da liberdade e da intimidade de cada ser humano, bem como de cada entidade familiar, ambiente estritamente privado, que não cabe intervenção estatal, simplesmente, por não haver interesse coletivo (VIEGAS, 2017, p. 185). Por fim, nota-se que a constituição brasileira categoricamente declara ser a família a base da sociedade e, por consequência, merece total proteção do Estado. Desse modo, é obrigação do Estado acompanhar as atuais mudanças sofridas pela instituição familiar e se adequar às novas formas de família, evoluída no ritmo da consciência da dignidade da pessoa humana, da luta pela igualdade de gênero, da autonomia, da vontade, da afetividade e do direito de ser feliz.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível analisar que não existe qualquer impedimento quanto ao reconhecimento das famílias poliafetivas em nosso ordenamento jurídico. A partir do momento que a Constituição Federal consagra que a família é a base da sociedade, abordando um conceito pluralista, igualitário, democrático, principalmente em decorrência da valorização da pessoa humana, conclui-se que todas as famílias merecem proteção estatal. Dessa forma, conforme apresentado ao longo do artigo, é possível reforçar a importância do assunto abordado, visto que o mesmo pode impactar em futuras decisões, tanto na esfera legislativa, com o intuito de positivar no âmbito infraconstitucional o direito já previsto constitucionalmente, quanto na esfera judicial, aplicando-se aos casos práticos os princípios consagrados em nossa constituição.

Portanto, é justificável, o levantamento, organização e aglutinação de fundamentos essenciais à argumentação e debate acerca do tema, com o fito de disponibilizar opções na busca

de soluções legais à atual situação prejudicial à dignidade humana dos adeptos ao poliamor, tanto no aspecto do reconhecimento em si quanto à até então tormentosa divisão de bens nas citadas relações.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi possível, ao menos em parte, alcançar os objetivos propostos, oportunizando a apresentação de dados e informações que contribuem de forma significativa o campo de estudo do direito de família. Conforme o observado na pesquisa com o reconhecimento das relações homoafetivas e os argumentos que foram utilizados no respectivo julgamento é de se concluir que é viável o reconhecimento das uniões estáveis poliafetivas. Sendo assim com base nos princípios que norteiam o Direito de Família, inexistente norma que impeça a formação enquanto famílias dessas uniões.

Os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas sobre as famílias poliafetivas, devido à importância do tema e inúmeras contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de aprofundar a temática, inclusive através de entrevistas com os adeptos do poliamor.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Fernando Cruz. União poliafetiva: uma análise de sua juridicidade em face da recente mutação constitucional no conceito jurídico de entidade familiar. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: [AZEVEDO, Camyla Galeão de; AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de. A constitucionalidade do poliamor: possível aplicabilidade do direito sucessório aos companheiros das entidades poliafetivas. **Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 166-189, 2018.](https://fern.jusbrasil.com.br/artigos/148760065/uniao-poliafetiva-uma-analise-de-sua-juridicidade-em-face-da-recente-mutacao-constitucional-no-conceito-juridico-de-entidade-familiar#:~:text=Adicione%20t%C3%B3picos,Uni%C3%A3o%20Poliafetiva%3A%20uma%20an%C3%A1lise%20de%20sua%20juridicidade%20em%20face%20da,conceito%20jur%C3%ADico%20de%20entidade%20familiar&text=Examinou%2Dse%20a%20muta%C3%A7%C3%A3o%20constitucional,reflexos%20na%20pol%C3%AAmica%20uni%C3%A3o%20poliafetiva. Acesso em: 07 Jul. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BARROSO, Luís Roberto. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 17, n. 1, p. 105-138, 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta De Inconstitucionalidade 4.277 Distrito Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Perda parcial de objeto. Recebimento, na parte remanescente, como ação direta de inconstitucionalidade. União homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico. Convergência de objetos entre ações de natureza abstrata. Julgamento conjunto. Relator: Min. Ayres Britto, 05 de maio de 2011a.

Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 132 Rio de Janeiro. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Perda parcial de objeto. Recebimento, na parte remanescente, como ação direta de inconstitucionalidade. União homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico. Convergência de objetos entre ações de natureza abstrata. Julgamento conjunto. Relator: Min. Ayres Britto, 05 de maio de 2011b. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CAMELO, Teresa Cristina da Cruz. **União poliafetivas como hipótese de formação de família e a discussão envolvendo a partilha inter vivos**. 2019. 207 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das Famílias**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CORNU, Gérard. **Droit civil: la famille**. 7ª ed. Paris: Montchrestien, 2001.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das famílias**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das famílias**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9ª ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, Thanabi Bellenzier. Evolução histórica e legislativa da família e da filiação. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 85, 2011.

DRESCH, Márcia. A instituição familiar na legislação brasileira: conceitos e evolução histórica. **Revista Jus Navigandi**, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 8.ed. Rio de Janeiro: Viva Livros, 2021.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: direito das famílias**. 5ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2013.

FERRARINI, Letícia. **Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos**: pedaços da realidade em busca da dignidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família – as famílias em perspectiva constitucional**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 14ªed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEITÃO, Fernanda de Freitas. União poliafetiva. Por que não? **Jusbrasil**, 2012. Disponível em: <http://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100129558/artigo-uniao-poliafetiva-por-fernanda-de-freitas-leitao>. Acesso em: 07 Jul. 2022.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: Famílias**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Análise crítica da decisão do Conselho Nacional de Justiça que proíbe a lavratura da escritura pública de união poliafetiva. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 20, n. 1, p. 35-72, 2019.

PEREIRA, Áurea Pimentel. **União estável: Doutrina e Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Direito Civil: alguns aspectos da sua evolução**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PERROT, Michelle. **O nó e o ninho, Veja 25 anos**: reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993.

PIRES, Antonio. União poliafetiva. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: http://antoniopires.jusbrasil.com.br/artigos/121940655/uniao-poliafetiva?ref=topic_feed. Acesso em: 07 Jul. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Universiade Freevale, 2013.

ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de Direito de Família contemporâneo**. 6ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

SANTIAGO, Gustavo Godinho de. **As Famílias formadas pelo poliamor: uma análise acerca da possibilidade de seu reconhecimento jurídico**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídico-Civilísticas, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/85896/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20COMPLETA.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SANTIAGO, Rafael da Silva. **Poliamor e direito das famílias: reconhecimento e consequências jurídicas**. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 10, n. 92, p. 01-30, 2009.

SOUSA, Mônica Teresa Costa; WAQUIM, Bruna Barbieri. Do direito de família ao direito das famílias: a repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de informação legislativa**, v. 52, n. 205, p. 71-86, 2015.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2004.

VASCONCELLOS, Ana Carolina Esteves. **A evolução do conceito de família na pós modernidade**. 2014. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília, Marília, 2014. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1169/A%20EVOLU%C3%87%C3%83O%20DO%20CONCEITO%20DE%20FAM%C3%8DLIA%20NA%20P%C3%93S%20MODERNIDADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jul. 2022.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. União estável poliafetiva: breves considerações acerca de sua constitucionalidade. **Jusbrasil**, 2012. Disponível em <http://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100131335/artigo-uniao-estavel-poliafetiva-breves-consideracoes-acerca-de-sua-constitucionalidade-por-paulo-roberto-iotti-vecchiatti>. Acesso em: 07 Jul. 2022.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. **Famílias poliafetivas: uma análise sob a ótica da princiologia jurídica contemporânea**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; POLI, Leonardo Macedo. O reconhecimento da família poliafetiva no Brasil: uma análise à luz dos princípios da dignidade humana, autonomia privada, pluralismo familiar e isonomia. **Duc In Altum-Cadernos de Direito**, v. 7, n. 13, p. 54-99, 2015.